

STJ00118568

Esta obra
contém artigos
em língua
estrangeira

Georges Abboud
Fernando Maluf
Gustavo Favero Vaughn
coordenadores

Arbitragem e Constituição

Prefácio Ministro Gilmar Mendes

Apresentação Ministro Cesar Asfor Rocha

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marcnesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiária: Aline Pavanelli

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Kiko Farkas/Máquina Estúdio

Adoptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Buerio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arbitragem e Constituição / Coordenadores Georges Abboud, Fernando Maluf, Gustavo Favero Vaughn. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Vários autores.
Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0023-6

1. Arbitragem (Direito) - Brasil 2. Controle de constitucionalidade 3. Direito constitucional - Brasil I. Abboud, Georges. II. Maluf, Fernando. III. Vaughn, Gustavo Favero.

23-166485

CDU-347.918:340.131.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Arbitragem comercial e controle de constitucionalidade : Direito
347.918:340.131.5

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO	9
NOTA DOS COORDENADORES	11

DOUTRINA BRASILEIRA

1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ARBITRAL: POSSIBILIDADES E LIMITES NO DIREITO BRASILEIRO	35
ABHNER YOUSSEF MOTA ARABI	
1. Introdução: algumas premissas necessárias	35
2. As possibilidades do controle de constitucionalidade arbitral	38
3. Os limites do controle de constitucionalidade arbitral.....	41
4. Conclusão	47
2. STF E A DECISÃO NA SE-QO 5.206: TRÊS QUESTÕES QUE CONTINUAM RELEVANTES	49
ANA PAULA DE BARCELLOS	
1. Introdução.....	49
2. O percurso da SE 5.206 e as questões técnico-jurídicas decididas na questão de ordem.....	50
3. Os três temas que continuam relevantes	53
3.1. A maior ou menor centralidade da liberdade individual em face do Estado e sua estrutura.....	53
3.2. Que papel a interpretação jurídica deve atribuir às consequências que serão desencadeadas pelas decisões judiciais em diferentes níveis?	56
3.3. Os impactos das globalizações econômica e jurídica sobre a interpretação do direito interno	60
4. Conclusão	62

3.	A ARBITRAGEM E O PODER JUDICIÁRIO: O CONFLITO DE COMPETÊNCIA	63
	ARNOLDO WALD	
1.	Introdução	63
2.	A Jurisprudência do STJ	63
3.	As Câmaras Arbitrais	71
4.	Conclusões	71
4.	A INAPLICABILIDADE DAS GARANTIAS E VEDAÇÕES DO ART. 95 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL AOS ÁRBITROS	75
	CARLOS ALBERTO CARMONA e JOSÉ AUGUSTO BITENCOURT MACHADO FILHO	
1.	Introdução	75
2.	A jurisdicionalidade da arbitragem: a dogmática do art. 18 da Lei de Arbitragem	76
3.	As diferenças ontológicas entre árbitros e juízes: os distintos fundamentos e escopos da atividade jurisdicional	79
4.	Aplicação do art. 95 da Constituição Federal como garantia da integridade funcional do Poder Judiciário	86
5.	Os deveres de independência e imparcialidade sob enfoque do ambiente institucional do processo arbitral	90
6.	À guisa de conclusão: a inaplicabilidade das vedações constitucionais do art. 95, parágrafo único, da Constituição Federal aos árbitros	93
5.	ARBITRAGEM E IMPARCIALIDADE DOS JULGADORES	95
	CELSON CALDAS MARTINS XAVIER, DANIEL KAUFMAN SCHAFFER e JOÃO PEDRO MARQUES	
1.	Introdução e delimitação do objeto	95
2.	Justiça, imparcialidade e arbitragem	96
3.	O árbitro	100
4.	O dever de revelação	102
5.	Embates reais em torno do dever de revelação	107
6.	Considerações finais	111
6.	ARBITRAGEM E CNJ À LUZ DA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	113
	CLARISSA MARCONDES MACÉA	
1.	Introdução	113
2.	Arbitragem no Brasil. Breve histórico	114
3.	Interações entre a justiça arbitral e a justiça estatal	117
4.	O Conselho Nacional de Justiça	118

4.1.	O CNJ como propulsor da cooperação entre a justiça estatal e a justiça arbitral	119
4.1.1.	Organização Judiciária	120
4.1.2.	Planejamento estratégico.....	120
4.1.2.1.	Um notável avanço: a Resolução CNJ 421/21	121
5.	Conclusões	124
6.	Bibliografia	124
7.	PRECEDENTES CONSTITUCIONAIS E ARBITRAGEM: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE PRECEDENTES CONSTITUCIONAIS QUALIFICADOS E SUA OBSERVÂNCIA NAS SENTENÇAS ARBITRAIS	125
	DANIEL FALCI GOULART e LARISSA HOLLO	
1.	Introdução.....	125
2.	Fontes do Direito observadas no Ordenamento Jurídico Brasileiro	126
2.1.	Evolução da fonte jurisdicional no ordenamento jurídico brasileiro	127
2.2.	A jurisprudência como fonte do Direito e a necessária distinção entre jurisprudência e precedentes qualificados.....	128
3.	Vinculação dos árbitros aos precedentes constitucionais.....	129
3.1.	A não vinculação dos árbitros ao sistema de precedentes do Código de Processo Civil.....	129
3.2.	A Vinculação dos Árbitros aos precedentes	130
3.3.	Nota sobre os precedentes cuja vinculação foi constitucionalmente prevista	131
4.	Controle da Sentença Arbitral, as consequências possíveis da (in) observância dos precedentes	132
4.1.	Causas de Anulação da Sentença Arbitral (art. 32 da Lei de Arbitragem) – ação anulatória de sentença arbitral	132
4.2.	Impugnação ao Cumprimento de Sentença (art. 33, § 3º da Lei de Arbitragem c.c. art. 525 do Código de Processo Civil)	134
4.3.	Possibilidade de arguição de nulidade da sentença arbitral por descumprimento de ordem pública.....	135
5.	Impossibilidade de Reclamação em face de sentenças arbitrais.....	136
	Conclusão.....	137
	Bibliografia.....	137

8.	ARBITRAGEM E PUBLICIDADE	139
	DANIEL FERREIRA BRANTES, OLAVO AUGUSTO VIANNA ALVES FERREIR e RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA	
	Introdução	140
	1. Aspectos gerais da publicidade na arbitragem	140
	2. A publicidade na arbitragem com a administração pública	147
	3. <i>Status</i> da publicidade na arbitragem com ente da administração pública no Brasil e Portugal	151
	4. O PL 3293/2021, confidencialidade e novas tendências	154
	Conclusão	157
	Referências bibliográficas.....	158
9.	BREVES REFLEXÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS NA ARBITRAGEM: A VEDAÇÃO À PROVA ILÍCITA	159
	EDUARDO BAPTISTA VIEIRA DE ALMEIDA FILHO e FERNANDO FIGUEIREDO PONZINI	
	1. Introdução	159
	2. A Constituição e o princípio da vedação à prova ilícita	161
	3. Arbitragem, jurisdição, princípios constitucionais do processo e ordem pública	165
	4. Princípio da vedação à prova ilícita na arbitragem	168
	5. Conclusão	169
	Bibliografia.....	169
10.	PRECEDENTES CONSTITUCIONAIS E ARBITRAGEM	171
	EDUARDO MONTALVÃO MACHADO e NELSON MARTINS DA SILVA NETO	
	1. Introdução	171
	2. Breves apontamentos sobre a arbitragem no direito brasileiro	172
	3. Os precedentes judiciais no direito brasileiro	174
	4. A vinculação dos árbitros aos precedentes constitucionais	175
	5. Algumas questões de ordem prática.....	176
	5.1. Das limitações previstas na convenção de arbitragem	177
	5.2. Da não observância do precedente constitucional	177
	5.3. Vinculação aos precedentes constitucionais, livre-convencimento do árbitro e anulação de sentença arbitral	178
	6. Conclusão	178
	Referências bibliográficas.....	179

11. FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL E DEVIDO PROCESSO	181
EDUARDO TALAMINI	
1. Introdução.....	181
2. A disciplina na arbitragem interna – o contraste com a prática internacional	183
3. O art. 489, § 1º, do CPC e a arbitragem.....	186
4. O inciso VI do § 1º do art. 489 do CPC	188
5. A sentença arbitral estrangeira sem fundamentação	193
6. Pacto de dispensa de fundamentação.....	196
7. Conclusão	201
12. ARBITRAGEM, DIREITO DO TRABALHO E CONSTITUIÇÃO: WE CAN DO IT	203
FERNANDO MALUF, AMANDA CARVALHO e RAFAEL BARTHASAR	
1. Arbitragem e Direito do Trabalho: adversários?.....	203
2. Arbitragem e Direito do Trabalho: breve retrospectiva histórica	205
3. Arbitragem e Direito do Trabalho: é possível conciliá-los?	209
4. Arbitragem e Direito do Trabalho: um exercício de futurologia... ..	212
5. Arbitragem e Direito do Trabalho: <i>we can do it</i>	215
13. ACIMA DO OLIMPO? OS ÁRBITROS E A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	217
FERNANDO MALUF e LETICIA TAJARA FLEURY	
I. Os Deuses do Olimpo	217
II. O labirinto do Minotauro.....	218
a. Controle concentrado de constitucionalidade e arbitragem. Submissão dos árbitros aos precedentes vinculantes proferidos pelo STF.....	224
b. O posicionamento do STJ em relação ao conflito de competência e um aparente enfrentamento da questão	226
III. Deus <i>ex machina</i>	227
IV. O mito de Narciso	234
14. CONTROLE JUDICIAL PRÉVIO (E EXCEPCIONAL) DE DECISÕES ARBITRAIS: EXAME SOB A PERSPECTIVA DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL.....	237
FLÁVIO LUIZ YARSELL e RAFAEL STEFANINI AUILO	
1. Contexto, hipótese a demonstrar e justificativa	237
2. Demonstração	239

3.	Ainda a demonstração: exame de três situações (hipotéticas).....	241
3.1.	Invalidade ainda quando o processamento se encontra a cargo da presidência ou órgão competente de câmara ou centro de arbitragem.....	242
3.2.	Invalidade e renúncia do tribunal arbitral	247
3.3.	Conflito de competência	251
4.	Conclusão	256
15.	ATIVISMO JUDICIAL NA ARBITRAGEM	257
	GEORGES ABBOUD e ANTONIO GAVAZZONI	
1.	Uma entrada no “dicionário de lugares-comuns” do direito brasileiro	257
1.1.	Definição de ativismo judicial	258
2.	A submissão dos árbitros à Constituição Federal como ponto de partida	259
3.	Alguns exemplos: quebra de imparcialidade dos árbitros na jurisprudência do STJ e do TJSP	264
4.	Um paradigma fundamental: CC nº 185.702.....	266
5.	Conclusão: a indefensável insubmissão da arbitragem à jurisdição constitucional.....	269
	Bibliografia.....	271
16.	ÁRBITROS E PROVIMENTOS CONSTITUCIONAIS VINCULANTES: CONTROLE ABSTRATO, CONTROLE DIFUSO E SÚMULAS	273
	GUSTAVO FAVERO VAUGHN e CAIO CESAR ROCHA	
1.	Introdução.....	273
2.	Controvérsia sobre a vinculação dos árbitros aos provimentos constitucionais	274
3.	Os árbitros vinculam-se aos provimentos judiciais com assento constitucional.....	285
3.1.	Premissa necessária: a questão da fonte do Direito	285
3.2.	A propósito do controle de constitucionalidade: os árbitros diante do STF	286
3.2.1.	(In)constitucionalidade no controle abstrato	286
3.2.2.	A inconstitucionalidade no controle incidental e o papel do Senado Federal	290
3.3.	A propósito das súmulas	294
3.3.1.	Súmula vinculante.....	294
3.3.2.	Súmula persuasiva.....	299
4.	Três conclusões.....	300

17. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E SUBMISSÃO DE “TERCEIROS” À ARBITRAGEM(A QUESTÃO DOS ADMINISTRADORES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO).....	303
JOSÉ ROGÉRIO CRUZ e TUCCI	
Bibliografia.....	309
18. ARBITRAGEM E PODER PÚBLICO NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	311
JÚLIA THIEBAUT SACRAMENTO, PAULA BUTTI CARDOSO e TATIANA MESQUITA NUNES	
1. Introdução.....	311
2. Arbitragem, consensualidade e princípio da eficiência	312
3. Os contratos de concessão e as formas alternativas e eficientes de satisfação dos interesses das partes contratantes.....	315
4. Administração Pública e regra constitucional dos precatórios: aplicação e limites	318
5. Conclusão	325
Referências Bibliográficas	326
19. O PAPEL INSTITUCIONAL DO STJ NO FORTALECIMENTO DA ARBITRAGEM E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	327
LUIS FELIPE SALOMÃO e JULIANA LOSS	
Introdução	327
1. O procedimento arbitral sob a perspectiva constitucional democrática ...	328
2. O Superior Tribunal de Justiça e a jurisdição arbitral.....	331
2.1. O STJ e a homologação de sentença arbitral estrangeira	336
Conclusão.....	339
Referências.....	339
20. A EXTENSÃO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM A TERCEIROS NÃO SIGNATÁRIOS: UMA ANÁLISE DE SUA VIABILIDADE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO.....	341
MARCUS VINICIUS VITA	
1. Introdução.....	341
2. Panorama da arbitragem no Brasil: do nascedouro ao atual estado de complexidade das relações contratuais privadas.....	345
2.1. As origens.....	345
2.2. O Apogeu	347

2.3.	O incremento de complexidade nas relações sociais e o aprimoramento da arbitragem na atual quadra pós-moderna: o problema do terceiro não signatário como elemento típico de uma sociedade contratualmente complexa	350
3.	Pressupostos legais e constitucionais da arbitragem: a natureza complexa da arbitragem e a “problemática” do consenso	352
4.	Apontamentos sobre a extensão do compromisso arbitral em face de terceiros não signatários: as possíveis leituras do “problema” à luz da supremacia da constituição e a eficácia horizontal dos direitos fundamentais na relação entre particulares na arbitragem	354
	Conclusão	362
	Referências	364
21.	A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS NO BRASIL SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL	365
	MICHELLE GRANDO e GUSTAVO GASPAR NOGUEIRA	
1.	Introdução	365
2.	O Papel da Constituição na Homologação de Sentenças Arbitrais Estrangeiras	366
3.	A Ordem Pública como Fundamento para a Denegação da Homologação de Sentenças Arbitrais Estrangeiras	369
3.1.	O Conceito de Ordem Pública e seu Papel na Homologação de Sentenças Arbitrais Estrangeiras	369
3.2.	A Imparcialidade do Árbitro	371
3.3.	Garantia de Acesso ao Poder Judiciário	372
3.4.	Fundamentação das Sentenças	374
4.	A Garantia da Ampla Defesa como Fundamento para a Denegação da Homologação das Sentenças Arbitrais Estrangeiras	375
4.1.	Notificação da Designação do Árbitro ou do Procedimento de Arbitragem	376
4.2.	Oportunidade de Apresentar Provas	377
5.	Considerações Finais	378
22.	ARBITRAGEM E DIREITO DOS TRATADOS: UMA ANÁLISE DO CONFLITO DE FONTES SOB A ÓTICA DA CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE	381
	NADIA DE ARAUJO e CAIO GOMES DE FREITAS	
	Introdução	381
1.	A incorporação de tratados ao ordenamento jurídico brasileiro e as regras aplicáveis ao conflito de fontes	382

2.	O reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras: o exemplo da Convenção de Nova Iorque	387
	Conclusão	391
	Bibliografia.....	392
23.	ACESSO À JUSTIÇA E ARBITRAGEM	393
	NANCY ANDRIGHI	
1.	Introdução.....	393
2.	O movimento de acesso à justiça	395
3.	Os métodos adequados de solução de conflitos e o Tribunal Multipor- tas	396
4.	Arbitragem e acesso à justiça	401
	4.1. Aspectos gerais e o Direito Positivo brasileiro	401
	4.2. O estado da arte na jurisprudência do STJ	404
	4.3. A arbitragem como instrumento de acesso à justiça	407
	4.4. As fronteiras da arbitragem: reflexões sobre o futuro do processo arbitral	408
	4.4.1. A vinculação dos árbitros aos precedentes.....	409
	4.4.2. Conflito de competência entre tribunais arbitrais vinculados à mesma Câmara de Arbitragem	413
	4.4.3. A indispensável e tardia democratização da arbitra- gem	415
5.	Conclusão	418
	Bibliografia.....	419
24.	O ÁRBITRO SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL DA IMPARCIALIDADE..	421
	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON e RAUL LONGO ZOCAL	
1.	Introdução.....	421
2.	Fundamento constitucional da imparcialidade dos julgadores	422
3.	Reflexos da garantia constitucional da imparcialidade sobre o árbitro...	426
4.	Conclusão	430
	Bibliografia.....	430
25.	AS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA: UMA JANELA PARA A ARBITRAGEM ENTRE FISCO E CONTRIBUIN- TE	431
	PRISCILA FARICELLI DE MENDONÇA e SERGIO ANDRÉ ROCHA	
	Introdução	431
1.	Preços de transferência e o novo regramento	434

2.	As previsões legais no tocante aos conflitos na determinação dos parâmetros para fins de preços de transferência.....	438
3.	A arbitragem tributária: possível utilização nas controvérsias sobre preços de transferência	440
4.	Conclusões.....	442
26.	PROTEÇÃO DE DADOS E ARBITRAGEM: REFLEXÕES À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	443
	RODRIGO L. CANALLI	
1.	Introdução.....	443
2.	Do direito à privacidade à proteção de dados pessoais	444
3.	GDPR e o efeito Bruxelas na proteção de dados pessoais	448
4.	LGPD: o novo regime jurídico de proteção de dados pessoais no Brasil....	449
5.	Arbitragem e proteção de dados pessoais.....	451
5.1.	Protegendo dados pessoais na arbitragem	451
5.2.	Arbitrando sobre proteção de dados pessoais	453
5.3.	Fluxo transfronteiriço de dados pessoais no contexto da arbitragem internacional.....	453
6.	Conclusão	455
	Referências.....	455

DOUTRINA ESTRANGEIRA

1.	ARBITRAJE COMERCIAL Y CONSTITUCIÓN FEDERAL: MÉXICO	459
	ANA MARÍA CASTRO DOSAL e CECILIA AZAR MANZUR	
	Introducción.....	459
A.	Pronunciamiento del Poder Legislativo sobre la relación entre el Arbitraje Comercial y la Constitución Federal	460
B.	Pronunciamiento del Poder Constituyente sobre la relación entre el Arbitraje Comercial y la Constitución Federal	464
C.	Pronunciamiento del Poder Judicial sobre la relación entre el Arbitraje Comercial y la Constitución Federal	466
D.	Postura del Poder Ejecutivo sobre la interrelación entre el Arbitraje y la Constitución Federal	474
	Conclusiones	475
2.	ARBITRAJE Y DERECHO CONSTITUCIONAL EN ECUADOR.....	477
	DANIELA PÁEZ-SALGADO e JAVIER JARAMILLO-TROYA	
1.	Introducción	477

2.	Marco constitucional y legal aplicable al arbitraje en Ecuador	478
2.1.	Reconocimiento constitucional del arbitraje, la LAM y su Reglamento	478
2.2.	El alcance limitado de la interacción entre el arbitraje y las cortes bajo el derecho ecuatoriano.....	480
2.3.	La acción de nulidad como único medio impugnatorio contra el laudo	481
3.	Acciones constitucionales relevantes	484
3.1.	La indisponibilidad de acciones constitucionales de “tutela” o protección frente a laudos arbitrales.....	484
3.2.	La acción extraordinaria de protección y el reconocimiento limitado que ha hecho la Corte Constitucional respecto de su admisibilidad en relación con laudos arbitrales.....	485
3.2.1.	Requisitos rígidos de admisibilidad	486
3.2.2.	Requisitos de Procedencia	488
3.2.3.	El principio de mínima intervención reconocido por la Corte Constitucional y estándares altos para la determinación de vulneración de derechos	489
3.2.4.	Corrección de actuaciones judiciales contrarias al principio kompetenz-kompetenz a través del control constitucional.....	491
4.	Conclusión.....	492
3.	INTERNATIONAL ARBITRATION AND THE CONSTITUTION – BACK TO BASICS	493
	EDUARDO ZULETA e ANGÉLICA MARÍA PERDOMO	
	Introduction	493
A.	The constitutional framework.....	494
B.	Incorporation of arbitration in the 1991 Constitution.....	497
C.	The context prior to the enactment of the 1991 Constitution.....	498
1.	After the enactment of the 1991 Constitution	500
D.	Tutela and international arbitration.....	502
1.	Applicable rules	502
2.	Judgment T-354 of 2019.....	506
a.	The express prohibition of judicial intervention	507
b.	The freedom to choose the applicable rules of law.....	508
c.	The grounds for annulment in international arbitration.....	508
3.	The unanswered questions after judgment T-354.....	508

E.	Redefining the relationship between the Tutela and international arbitration	511
1.	The nature of international arbitration proceedings, the arbitrators, and the award	512
2.	A first step to reconcile Tutela with the true nature of international arbitration	513
3.	How to implement the first step?.....	516
	Conclusion	518
4.	CONTROL CONSTITUCIONAL Y DE CONVENCIONALIDAD DE LAUDOS ARBITRALES EN CHILE	519
	ELISA ZAVALA ACHURRA	
I.	Introducción.....	519
II.	El lugar que ocupa el arbitraje en el ordenamiento jurídico chileno y el régimen de recursos que procede contra los laudos arbitrales	522
III.	Arbitraje, control difuso de constitucionalidad y acción de inaplicabilidad por inconstitucionalidad	524
IV.	El control de convencionalidad en el sistema interamericano de derechos humanos y el arbitraje	529
V.	Conclusión	532
5.	IS THERE A CONSTITUTIONAL RIGHT TO RESOLVE DISPUTES BY ARBITRATION IN BRITAIN?	535
	FREDERICO SINGARAJAH	
	Introduction	535
	The British Constitution	536
	Arbitration in England	539
	Analysis	541
	Conclusion	544
	References.....	544
6.	ARBITRATION AND THE U.S. CONSTITUTION: THE IMPACT OF FEDERALISM AND DUE PROCESS ON THE ENFORCEMENT OF ARBITRATION AGREEMENTS AND AWARDS IN THE UNITED STATES....	545
	JEFFREY A. ROSENTHAL E KATIE L. GONZALEZ	
	Introduction	545
I.	Federalism and Arbitration	547
II.	Due Process and Arbitration.....	552
III.	Conclusion.....	558

7.	ARBITRATION IN INDIA: THE CONSTITUTIONAL FRAMEWORK AND DECISIONS OF THE SUPREME COURT OF INDIA	559
	KABIR DUGGAL e PRANAV V. KAMNANI	
I.	Historical Overview of Arbitration in India and the constitution of India, 1950	559
A.	An Overview of Pre-Independence Laws Relating to Arbitration in India.....	561
B.	The Constitution of India	564
1.	Formation of the Constitution of India.....	564
2.	Overview of Constitutional Law Principles.....	566
i.	Fundamental Rights.....	567
ii.	Directive Principles of State Policy.....	567
iii.	Writ Jurisdiction of the Supreme Court of India.....	567
iv.	Special Leave to Appeal before the Supreme Court of India.....	568
v.	Writ jurisdiction of the High Courts in India	568
vi.	Power of superintendence of the High Courts in India.....	569
vii.	Federalism and Distribution of Legislative Powers	569
viii.	The doctrine of separation of powers	570
C.	Arbitration laws post-adoption of the Constitution of India	571
1.	Constitution of India and International Law	571
2.	Ratification of the New York Convention	572
3.	UNCITRAL Model Law and the Arbitration and Conciliation Act, 1996	572
4.	The 2015 Amendment of the Arbitration Act	573
II.	Interplay between Constitutional Law and the Law of Arbitration	574
A.	Appointment of an Arbitrator by Court: An administrative or judicial function of the Court? What difference does it make?	574
B.	Contracting with the State: A Constitutional Twist	577
1.	The inter-play between public law duties and contractual obligations.....	578
2.	Constitutional Litigation or Arbitration?: Analyzing the implications of an arbitration agreement on the writ jurisdiction of courts	579
C.	Power of superintendence of High Courts over arbitral tribunals: the exceptional circumstance test	583

D.	Public Policy: Taming the unruly horse?	585
1.	The Renusagar Approach: A Tripartite Test to Public Policy	585
2.	The Saw Pipes Expansion: Patent Illegality on Public Policy	586
3.	Western Geco: Opening the doors for applicability of public law principles	586
4.	The 2015 Amendment Act and Ssangyong Engineering: Re-defining Public Policy	587
III.	Kerala Revocation of Arbitration Clauses and Reopening of the Awards Act, 1998: Beyond Legislative Powers or Excessive Judicial Interference?	589
A.	Facts and Background of the Decision	589
B.	Legislative Competence of the State of Kerala	591
C.	Separation of Powers: Interference with Judicial Process?	592
D.	Key Highlights	593
IV.	Conclusion	594
8.	EL AGOTAMIENTO DE LA VÍA INTERNA EN URUGUAY BAJO LOS TRATADOS BILATERALES DE INVERSIÓN: ANÁLISIS DEL SINUOSO CAMINO (DES)DIBUJADO POR LA REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1997	595
	MATEO VERDÍAS MEZZERA	
I.	Introducción	595
II.	La ley 16.110 y la reforma constitucional de 1997	597
i.	La Ley 16.110	597
ii.	La reforma constitucional de 1997	599
III.	El debate doctrinario respecto a la reforma constitucional de 1997 y su impacto sobre la ley 16.110	599
i.	Derogación o no de la Ley 16.110	600
ii.	Tribunal competente para entender en acciones reparatorias, asumiendo la derogación del Art. 9 de la Ley 16.110	601
IV.	Jurisprudencia: sentencias y laudos	603
V.	Conclusión	608
9.	CONSENT TO ARBITRATION AND THE GERMAN CONSTITUTION: AN ANALYSIS IN LIGHT OF THE GERMAN FEDERAL CONSTITUTIONAL COURT'S DECISION IN THE PECHSTEIN CASE	609
	MESUT AKBABA	
A.	Constitutional Framework of Dispute Resolution	610

I.	Art. 92 GG.....	610
II.	Art. 101 GG.....	611
III.	Access to Justice	612
IV.	Further Important Regulations	614
B.	The Constitutional Role of Consent	614
C.	The Pechstein Saga and the Constitutional Court's Decision	615
I.	History of the Pechtstein Case and Previous Decisions	615
II.	The Decision of the German Federal Constitutional Court.....	620
1.	Scope of Review, Effects of Constitutional Rights between Private Parties, and Role of the ECHR	620
2.	The Ruling.....	622
D.	Learnings from BVerfG	624
I.	Key Takeaways	625
II.	What the Decision Means for Sports Arbitration.....	626
III.	What it means for other areas of arbitration	627
IV.	What Remains Unanswered	628
1.	Determining the Quality of Consent and Voluntari- ness	629
2.	Legality of Arbitration Without Any Consent	631
E.	Conclusion.....	632
10.	ARBITRAJE Y CONSTITUCIÓN ESPAÑOLA: UN TÁNDEM ABOCADO A ENTENDERSE	633
	PATRICIA SAIZ GONZÁLEZ e ALEIX PÉREZ PITARCH	
1.	Introducción	633
2.	Notas del Tribunal Constitucional sobre el encaje constitucional del arbitraje y posterior evolución.....	634
2.1.	Arbitraje y artículo 24.1 de la Constitución.....	635
2.2.	Arbitraje y artículo 117.3 de la Constitución.....	636
3.	Afianzamiento del arbitraje en la reciente doctrina del Tribunal Constitucional: los límites al control jurisdiccional	638
3.1.	La Sentencia del Tribunal Constitucional 46/2020, de 15 de junio.....	639
3.2.	La Sentencia del Tribunal Constitucional 17/2021, de 15 de febrero.....	643
3.3.	Las Sentencias del Tribunal Constitucional 55/2021 y 65/2021, de 15 de marzo	647

3.4.	Las Sentencias del Tribunal Constitucional 50/2022, de 4 de abril, y 79/2022, de 27 de junio	650
4.	Conclusiones.....	655
11.	A CONFORMIDADE CONSTITUCIONAL DO PROCEDIMENTO ARBITRAL: O CASO PECHSTEIN, PRINCÍPIO DO LUGAR ÚNICO, JURISDIÇÃO ARBITRAL E GARANTIAS PROCESSUAIS FUNDAMENTAIS	657
	PAULA COSTA E SILVA	
I.	O acórdão do Bundesverfassungsgericht	657
II.	Cronologia das variações em torno de um problema	662
II.1.	Os factos essenciais	662
II.2.	A decisão do Tribunal Federal suíço	664
II.3.	A decisão do Landgericht München	665
II.4.	A decisão do Oberlandesgericht München	668
II.5.	O acórdão do Bundesgerichtshof.....	668
II.6.	A decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos	672
II.7.	O acórdão do Bundesverfassungsgericht	674
III.	O fio de Ariadne.....	674
12.	ARBITRAGEM E DIREITO CONSTITUCIONAL EM PORTUGAL.....	683
	PEDRO METELLO DE NÁPOLES, ANA COIMBRA TRIGO e CAROLINA INVERNO BRANCO	
1.	Introdução.....	683
2.	A constituição e a arbitragem.....	683
2.1.	A Constituição da República Portuguesa.....	684
2.2.	Arbitragem voluntária	685
2.3.	Arbitragem necessária	686
3.	A constituição e os árbitros	689
3.1.	Arbitragem como exercício de direitos de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva	689
3.2.	Independência e imparcialidade dos árbitros	690
3.3.	Insuficiência de meios económicos das partes.....	691
4.	O controlo da constitucionalidade e a arbitragem.....	692
4.1.	Fiscalização da constitucionalidade	693
4.2.	Revisão de sentenças arbitrais, inclusive para o Tribunal Constitucional	694
4.3.	Dever de conformidade com a Constituição da República Portuguesa	695
4.3.1.	Poderes de apreciação de constitucionalidade	696

4.3.2.	Dever de não aplicar normas que o Tribunal Constitucional tenha julgado inconstitucionais	698
5.	Conclusão	700
13.	ARBITRATION AND THE U.S. CONSTITUTION	701
	PETER BOWMAN RUTLEDGE	
	Introduction	701
	Arbitration and the separation of powers	703
	Waiver theory	703
	Appellate Review Theory.....	706
	Arbitration and federalism	712
	Federalism and the Enforcement of Arbitration Agreements	712
	Federalism and Arbitral Procedure	715
	Federalism and the Enforcement of Arbitration Awards	717
	Jury right.....	719
	Alienability of the Jury Right	722
	Effectiveness of Pre-dispute Waiver.....	726
	Quality of Waiver – General Language <i>versus</i> Specific Language	730
14.	THE IMPACT OF “CONSTITUTIONAL LAW” ON ARBITRAL AWARDS IN GERMANY AND AUSTRIA	741
	PETER CH. SESTER	
	1. Comparison between Brazil and Austria/Germany	741
	2. Correcting arbitral awards in the light of German public policy	743
	3. Correcting arbitral awards in the light of Austrian public policy	745
	4. Conclusion.....	747
15.	THE AUSTRALIAN CONSTITUTION AND INTERNATIONAL COMMERCIAL ARBITRATION: TCL AIR CONDITIONER REVISITED	749
	RAOUL J. RENARD	
	TCL Air Conditioner (Zhongshan) Co Ltd v The Judges of the Federal Court of Australia	750
	The International Arbitration Act 1974 (Cth) and the UNCITRAL Model Law on International Commercial Arbitration.....	751
	The Judicial Power of the Commonwealth of Australia	752
	Constitutional objections to court recognition and enforcement of arbitral awards	753
	The IAA substantially undermines the institutional integrity of the Federal Court.....	753

	The IAA impermissibly confers Commonwealth judicial power on arbitral tribunals	755
	Synthesis of intervener submissions and High Court analysis.....	755
	Concluding remarks	759
16.	ARBITRATION AND THE CONSTITUTION OF PANAMA	761
	REBECA E. MOSQUERA e ALEJANDRO E. CHEVALIER	
I.	Introduction.....	762
II.	The evolution of panama's arbitration legal framework	763
A.	The Panamanian Judicial Code and the Decree-Law No. 5 of July 8, 1999	763
B.	The 2004 Amendments to the 1972 Constitution	765
C.	Law 131 of December 31, 2013 – Current Panamanian Arbitra- tion Law	767
III.	Practical effects of recent supreme court actions surrounding the arbitration legal framework and the constitution	768
A.	Unconstitutionality of Tax Arbitration.....	768
B.	The Challenged Exclusive Remedy of Annulment in Light of the Amparo	770
IV.	Conclusion.....	774
17.	ARBITRAJE Y LA CONSTITUCIÓN ARGENTINA	775
	RICARDO OSTROWER, ARI MACKINNON e MARTÍN VAINSTEIN	
1.	Introducción.....	775
2.	Marco legal aplicable al arbitraje en la Argentina y su relación con el Derecho Constitucional.....	776
3.	El reconocimiento constitucional de la jurisdicción arbitral.....	779
3.1.	El derecho a someter una controversia a arbitraje	779
3.2.	Validez constitucional de las cláusulas arbitrales	782
4.	Arbitrabilidad de las disputas sobre derechos constitucionales	783
4.1.	El control de constitucionalidad en la Argentina.....	784
4.2.	Competencia de los árbitros para resolver planteos de incons- titucionalidad	787
5.	Control constitucional del laudo arbitral en la Argentina	790
5.1.	El recurso extraordinario federal y el laudo arbitral	791
5.2.	Influencia de los estándares constitucionales en la revisión de los laudos	793

6.	Constitución y arbitraje de inversión.....	797
6.1.	La doctrina “Rosatti” sobre el control de constitucionalidad de los laudos CIADI.....	798
6.2.	Las respuestas a la doctrina “Rosatti”	799
7.	Conclusiones.....	801
18.	ARBITRATION AND SWISS CONSTITUTIONAL LAW – MIXING LIKE OIL AND WATER?	803
	SIMON BIANCHI	
	Introduction	803
I.	The (Very) Limited Applicability of Swiss Constitutional Law to Arbitration Proceedings.....	804
II.	Guarantees Relating to Judicial Authorities.....	806
2.1.	Jurisdiction of the Arbitral Tribunal	807
2.2.	Constitution of the Arbitral Tribunal	809
2.3.	Arbitrators’ Independence and Impartiality	810
2.3.1.	The Specificities of International Arbitration and Their Consequences on the Guarantees of Independence and Impartiality	811
2.3.2.	The Contours of the Guarantees of Independence and Impartiality in International Arbitration	812
2.3.3.	The Role of the IBA Guidelines on Conflicts of Interests in International Arbitration.....	815
2.3.4.	The Scope of Review of the Swiss Federal Supreme Court.....	816
III.	The Right to Be Heard and the Right to Equal and Fair Treatment in International Arbitration	817
3.1.	The Right to Be Heard and Treated Equally in International Arbitration	818
3.1.1.	The Recent Evolution of the Scope of the Right to Be Heard.....	819
3.1.2.	Specific Restrictions to the Right to Be Heard in International Arbitration.....	822
3.2.	The Prohibition of Excessive Formalism.....	827
3.3.	The Principle of Celerity	828
IV.	The Right of Access to Justice and The Issue of Legal Assistance in International Arbitration.....	828
V.	Provisions of the Swiss Constitution as Public Policy.....	830
	Conclusion	832